



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SGP/CODEG/SDO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi elaborado para a contratação, através do procedimento licitatório pertinente, de empresa qualificada para prestação de serviços de agenciamento de viagens para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo, a fim de atender às necessidades de deslocamento aéreo de membros, juízes eleitorais e auxiliares, servidores, beneficiários de acordo de cooperação e colaboradores eventuais deste Regional, visando a participação em seminários, congressos, reuniões, treinamentos, cursos e demais eventos de interesse do TRE/ES, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO - CATSER 00000371-9

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional para o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

2. QUANTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE PASSAGEM AÉREA

2.1. A título de informação, sem que isso venha constituir qualquer obrigação por parte do Tribunal, segue abaixo a estimativa para passagens aéreas para o exercício de 2024:

ESTIMATIVA DE PASSAGENS AÉREAS - ANO ELEITORAL				
Plano Orçamentário	Tipo	Descrição	Quantidade	Valor Total
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	Ordinário	Nacional	157	R\$275.133,67
		Internacional	0	R\$0,00
	TIC	Nacional	17	R\$30.570,41
		Internacional	0	R\$0,00

Capacitação de Recursos Humanos	Capacitação	Nacional	78	R\$137.742,53
		Internacional	2	R\$11.180,40
Capacitação de Recursos Humanos TIC	Capacitação em TIC	Nacional	20	R\$34.435,63
		Internacional	0	R\$0,00
TOTAL				R\$489.062,64

*Esse valor contempla gastos ordinários de capacitação de recursos humanos e de outros eventos nacionais ou internacionais.

TIC - gastos relacionados a área de tecnologia de informação

3. DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

3.1 Indicar à Contratada os servidores aptos a fazer a requisição das passagens aéreas, informando nome completo, telefone e endereço eletrônico;

3.2. Solicitar as passagens aéreas através de formulário de requisição, assinado pelo representante do Tribunal, numerado sequencialmente – e encaminhar à contratada por endereçamento eletrônico;

3.3. Em regra, as solicitações dos bilhetes de passagens deverão ser feitas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data fixada para a viagem.

3.3.1 Excepcionalmente poderão ocorrer solicitações de passagens fora do prazo estabelecido acima, em situações de caráter emergencial.

3.4 Efetuar os pagamentos à Contratada nas condições e preços pactuados;

3.5 Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

3.6 Notificar, por escrito, à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. Apresentar, por ocasião da licitação, Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove ter a empresa executado, satisfatoriamente, serviço de fornecimento de passagens aéreas de características compatíveis com o objeto deste Termo;

4.2. Comprovar, por ocasião da licitação, que possui cadastro no Ministério do Turismo;

4.3. A contratada poderá ser contatada para pronto atendimento a qualquer tempo, inclusive nos finais de semana, feriados e, em casos excepcionais e urgentes, através de telefone fixo (DDD 27, 0800, 400X, ou número de telefone que permita ligação a cobrar) e telefone móvel celular;

4.4 Indicar ao TRE/ES, por escrito, como condição prévia para a assinatura do contrato:

4.4.1. Um endereço eletrônico específico para o recebimento das solicitações das passagens, o nome e telefone de contato de funcionário(s) para atender as requisições do serviço objeto do presente, prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, bem como nome e telefone de contato do(s) responsável(is) financeiro(s), responsabilizando-se pela atualização dos dados desses funcionários sempre que houver alteração.

4.4.2. Pelo menos 01 (um) número de telefone fixo que atenda em dias úteis no horário das 08:00 às 18:00 horas, bem como indicar endereço comercial para recebimento de correspondências, caso não seja o mesmo endereço da sede da empresa.

4.5. Prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento, atendendo às datas, horários e voos estabelecidos por livre escolha do TRE/ES. Uma vez solicitada a reserva, a contratada deverá se responsabilizar por mantê-la ativa até que seja solicitada a emissão do bilhete.

4.6. Emitir bilhete de passagens aéreas, em trecho nacional ou internacional, para localidades indicadas pelo Tribunal contratante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da solicitação, informando o localizador e o e-ticket;

4.6.1 A Contratada obriga-se a confirmar o recebimento da solicitação das passagens no prazo máximo de 01 (uma) hora contado a partir do seu envio pela Contratante;

4.6.2. O horário constante na respectiva mensagem caracterizará o início da contagem do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para emissão das passagens.

4.7. Enviar ao TRE/ES os extratos de confirmação de voo, emitidos pelas Companhias Aéreas, via correio eletrônico;

4.8. Informar por telefone o número do localizador e do e-ticket do passageiro, no caso de solicitações emergenciais;

4.9. Auxiliar a contratante para a adequada definição do melhor roteiro, tarifas, horários e frequência de voos, sempre que solicitada.

4.10 Desmarcar, cancelar ou remarcar, dentro das disposições legais, as passagens que não atendam ao TRE/ES, conforme solicitação.

4.10.1. Em caso de remarcação de passagem aérea, a Contratada deverá encaminhar à Contratante, juntamente com a fatura, demonstrativo detalhado contendo os valores referentes a nova tarifa utilizada, taxas e quaisquer outros valores que compõem o valor final da fatura;

4.11. Efetuar a troca imediata da passagem, em caso de cancelamento de voo, assegurando o embarque no voo de horário mais próximo do cancelado, ainda que de outra companhia aérea, ressalvados os casos de impossibilidade justificada.

4.12. A passagem aérea não utilizada será revertida mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura apresentada pela contratada, demonstrando detalhadamente o valor final apresentado.

4.12.1. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas deverão ser consideradas.

4.12.2. Os valores que não foram processados na primeira fatura quinzenal apresentada após a ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada.

4.12.3. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no caput, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

4.13. Garantir o menor valor ofertado, no momento da emissão da passagem, desde que atendidas as condições de data e horário informados pelo Contratante, bem como as condições estabelecidas pelas companhias aéreas;

4.13.1. A agência de viagens deverá repassar qualquer bônus que porventura venha a receber da Companhia aérea, inclusive “taxa, ou código D.U.”

4.14. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Tribunal contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;

- 4.15. Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda ao trecho e horários requisitados;
- 4.16. Encaminhar à Contratante, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o término da viagem, documento, emitido pela Contratada, equivalente aos cartões de embarque;
- 4.17. Arcar com eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.
- 4.18. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação;
- 4.19. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;
- 4.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 4.21. Apresentar a cada 15 dias as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas adquiridas por este órgão, apresentação esta que condicionará o pagamento da fatura da agência.
- 4.22. Fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas, para verificação dos valores.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.1 Menor preço ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, cobrado por passagem aérea emitida.
 - 5.1.1. Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta, independentemente da escolha de mais de uma companhia aérea, ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.
 - 5.1.2. Trecho compreende todo percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.
 - 5.1.3. O valor ofertado pela prestação do serviço de Agenciamento de Viagens deverá ser único.

6. DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que, de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:
 - 6.1.1. acordar com a contratada as soluções mais convenientes ao bom andamento dos serviços, fornecendo à mesma todas as informações solicitadas;
 - 6.1.2. recusar as passagens que não tenham sido emitidas de acordo com as especificações contratuais;
 - 6.1.3. praticar quaisquer atos, no âmbito operacional deste contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito do TRE/ES.

7- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A contratação resultante do processo licitatório terá vigência a partir da assinatura do contrato e término em 31/12/2024.

8 – DO PAGAMENTO

- 8.1. A Contratante pagará à Contratada o valor correspondente ao preço da passagem aérea acrescido da taxa de embarque e do valor do serviço de Agenciamento de Viagens, mediante depósito em conta, até o

quinto dia útil após a apresentação de documento fiscal, que deverá ser apresentado a cada 15 dias, e será devidamente atestado pelo gestor contratual.

8.2. A Contratada deverá emitir fatura e/ou nota fiscal distinta, uma contendo o(s) valor(es) referentes à prestação de serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o(s) valor(es) das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque;

8.3 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF e ao Tribunal Superior do Trabalho antes de cada pagamento a ser efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa as condições de habilitação exigidas na licitação.

8.4. Na hipótese de valor negativo do serviço de agenciamento de viagens, deverá ser realizado o respectivo desconto na(s) faturas(s) emitida(s).

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor inexecutado.

9.2. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita ao pagamento de multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor do contrato.

9.3. As penalidades acima não excluem as previstas no Decreto nº 10.024 de 2019.

9.4. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.5. A aplicação das multas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha acarretar à Administração.

9.6. Os valores das multas aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

9.7. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do Decreto 10.024 de 2019.

9.8. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da Lei nº 9.784/99.

9.9. Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste Tribunal.

10 – DO VALOR ESTIMADO DO OBJETO – DO TERMO DE REFERÊNCIA:

10.1. O Valor do Serviço de Agenciamento de Viagens estimado é de R\$ - 62,72 (sessenta e dois reais e setenta e dois centavos – negativos) por passagem emitida.

Vitória/ES, 10 de outubro de 2023.

Daniel Flávio de Oliveira Gonzaga

Gestor Contratual

Ato nº 512/2022

Angélica Dutra de Souza Nunes

Gestora Contratual Substituta

Ato nº 512/2022

Em 10 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELICA DUTRA DE SOUZA NUNES**, Técnico Judiciário, em 10/10/2023, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FLAVIO DE OLIVEIRA GONZAGA**, Chefe de Seção, em 10/10/2023, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1038452** e o código CRC **E847677E**.